

A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

**Maria Aparecida Silva Araújo¹, Maria de Fátima Silva Sutherland Würzler²
Orientadoras: MSc. Vera Lúcia Catoto Dias³; MSc. Anamaria Gascon⁴**

^{1,2} Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, Faculdade de Educação e Arte, FEA, Rua Tertuliano Delphin Jr., 181, Campus Aquarius, CEP 12246 -140 - São José dos Campos, SP.

^{3,4} Universidade do Vale do Paraíba, UNIVAP, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, IP&D, Núcleo de Pesquisa Formação de Educadores, NUPEFE, Avenida: Shishima Hifumi, 2911, Campus Urbanova, CEP 12244 000, São José dos Campos, SP

gascon@univap.br; vcatoto@univap.br

Resumo: A organização da sociedade urbana, a partir da década de 1930 no Brasil impulsionou a reivindicação de escolaridade por parte da emergente classe média brasileira. Os novos postos de trabalho imprimiram outra concepção do trabalho remunerado, bem diferente das exigências da mão-de-obra utilizada pela sociedade agrária rural. A implantação da escola pública idealizada para o atendimento de alunos em períodos constituídos por turnos de alunos, organizados em manhã, tarde e noturno, anseia pela gradativa ampliação de tempo e permanência de alunos alcançando proposta pedagógica para escola de tempo integral. Este trabalho tem como objetivo investigar a concepção da proposta pedagógica para Escola de Tempo Integral, ETI, no Estado de São Paulo. A metodologia centrou-se em pesquisa qualitativa em educação do tipo estudo de caso etnográfico pela observação participante. (André, 2001). A pesquisa de campo foi desenvolvida pela aplicação de roteiro para entrevista direcionado a alunos e professores de uma escola de tempo integral, localizada no município de São José dos Campos ao longo de um semestre de 2007. Fundamenta-se em (SILVEIRA, 2006), (DIAS, 2006), (TEIXEIRA, 1971) dentre outros.

Palavras-chave: Escola de Tempo Integral, Educação, Ensino Fundamental. .

Área do Conhecimento: Ciências Humanas/Educação

Introdução

No Brasil nas primeiras décadas do século XX a sociedade urbana passou a exigir conhecimentos centrados na alfabetização e na leitura. É nesse bojo de anseios populares que foi implantada a escola pública no Brasil. Concorde-se com (DIAS, 2006, p. 57), quando ao tratar da implantação da escola pública sinaliza que; "(...) Com a revolução de 1930 surge uma movimentação organizada por parte da classe média urbana que busca na escolaridade a possibilidade de preencher cargos burocráticos existentes".

A concepção de escola pública implantada na primeira metade do século XX visou atender as expectativas da classe média urbana, ao mesmo tempo em que estabelecia uma parceria velada com as famílias de classe média, pois os alunos, descendentes dessas famílias, oficialmente permaneceriam de três a quatro horas na escola, ficando a família responsável pelo acompanhamento e continuidade da construção do conhecimento via tarefa de casa, atividade expressa pelas séries de exercícios, resposta a questionários, reprodução de mapas geográficos, cópias, leituras complementares, elaboração de composições, dentre outros, que culminavam na consolidação da aquisição da escrita e na

competência leitora, assim como no aprofundamento de alguns temas específicos.

O recuo no tempo e na História da Educação no Brasil identifica na parceria escola e família, uma concepção de escola pública destinada a famílias alfabetizadas e com parentes próximos (pais, avós, tios, irmãos mais velhos) com tempo dedicado ao acompanhamento da escolaridade de seus descendentes. Fadados ao fracasso os alunos de classes populares que não dispunham do suporte familiar necessário na permanência e continuidade de escolaridade. Em meados dos anos 20, Anísio Teixeira idealizou mudanças que marcaram a educação brasileira, foi pioneiro na implantação das escolas públicas, com o objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Como teórico da educação, Anísio inspirava-se na filosofia de seu professor John Dewey (1852 – 1952) que considerava a educação uma reconstrução a partir da experiência. Neste âmbito, a proposta educacional de Anísio Teixeira teve um papel marcante para a escola pública, destacando o social e o cultural como um fator primordial para a educação de tempo integral nos dias de hoje. Concorde-se com Teixeira (1971) ao sinalizar que a ação da escola, por esses três ensinamentos, não se restringirá ao âmbito de sua sede, mas se irradiará até a sociedade, concorrendo para a expansão e talvez a elevação de sua cultura social e artística. A educação escolarizada

assumiu um papel cultural e social, conhecida como educação integral; tornou-se ampla no seu papel e função, que anteriormente centrava-se apenas no ler e escrever, o objetivo era desenvolver nos alunos hábitos “sadios, inteligentes e belos” (Teixeira, 1971, p. 202).

A organização da escola pública brasileira de meio período era um dos obstáculos a ser superado na ampliação da permanência dos alunos, uma vez que as turmas eram distribuídas em vários turnos (manhã, tarde e vespertino). A proposta garantia a implantação da extensão e permanência dos alunos na escola de forma gradativa, pois a escola pública no Brasil sempre funcionou pelo atendimento em turnos de alunos, fato que comprometia a efetiva implantação de educação de tempo integral, pela permanência dos mesmos alunos em tempo maior na escola.

Assim sendo implantou-se primeiramente a proposta ao ensino primário. Como registrado por Silveira, em análise sobre essa opção, “(...) visava uma melhoria do ensino primário e maior influência educativa por uma escolaridade mais longa e mais contínua”. (2006, p. 11). A proposta de educação integral assumiu um papel significativo no ensino que ultrapassou o modelo tradicional (memorização), possibilitava ao aluno a pensar e adquirir conhecimento de maneira compreensiva e participativa, pois a instituição de ensino passava a ser organizada tendo como orientação à educação em tempo integral, altera-se a relação entre tempo e espaço pedagógicos, pela integração dos conhecimentos teóricos às vivências práticas, atribuindo assim significado à aprendizagem dos alunos.

Na primeira década do século XXI, precisamente no dia 09 de Dezembro de 2005, foi lançado no Estado de São Paulo o Projeto Escola de Tempo Integral nas redes estaduais de ensino, tendo como objetivo aumentar a carga horária dos alunos, reforçar o aproveitamento escolar e propiciar opções no campo social, cultural e esportivo. A Resolução SE nº 89 de 09 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral instituiu a necessidade de oferecer aos estudantes do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino oportunidade de estender o tempo de participação na escola de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem, com enriquecimento do currículo básico, a exploração de temas transversais e a vivência de situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural.

O Projeto Escola de Tempo Integral prevê ainda em seu artigo 3º “o atendimento inicial de escolas da rede pública estadual de ensino fundamental que atendam aos critérios de adesão, que estejam distribuídas pelas 90 Diretorias de Ensino, inseridas, preferencialmente em regiões de baixo IDH – Índice de Desenvolvimento

Humano – e nas periferias urbanas”. O artigo 4º da referida Resolução estabelece a carga horária a ser respeitada para a implantação de Projeto Escola de Tempo Integral que deverá funcionar em dois turnos – manhã e tarde - , com uma jornada de 9 horas diárias e carga horária semanal de 45 aulas. Artigo 5º - a organização curricular da Escola de Tempo Integral inclui o currículo básico do Ensino Fundamental e ações curriculares direcionadas para: I – orientações de estudos; II – atividades artísticas e culturais; III – atividades desportivas; IV – atividades de integração social; V – atividades de enriquecimento curricular. Nesse sentido o artigo 5º da referida Resolução, vem reforçar esta proposta, ao afirmar que: “A organização curricular dos Ciclos I e II em período integral compreenderá o currículo básico do Ensino Fundamental e um conjunto de oficinas de enriquecimento curricular”. Entenda-se por oficina de enriquecimento curricular a ação docente/discente concebida pela equipe escolar em sua proposta pedagógica como um a atividade de natureza prática, inovadora, integrada e relacionada a conhecimentos previamente selecionados, a ser realizada por todos os alunos, em espaço adequado, na própria unidade escolar ou fora dela, desenvolvida por meio de metodologias, estratégias e recursos didático-tecnológicos coerentes com as atividades propostas para a oficina.

Em São Paulo o Programa teve início em 2006 com adesão inicialmente de 514 escolas, que ofereciam dois períodos de ensino. Segundo o Projeto, os alunos, no período da manhã freqüentam as aulas de todas as disciplinas do currículo básico e à tarde são realizadas oficinas culturais, atividades esportivas, orientação à pesquisa e aos estudos, soluções de problemas matemáticos, hora da leitura, informática e práticas de educação ambiental e qualidade de vida, entre outras atividades. Os alunos recebem três refeições diárias – lanche, almoço e lanche da tarde. “O objetivo é deixar o adolescente mais tempo na escola. Assim ele se afasta das ruas e das drogas”, conforme declaração dos responsáveis da implantação do Programa. Cada escola do Estado poderá ter seu próprio projeto, respeitando o objetivo fundamental proposto pela legislação que rege o Programa.

O Projeto Escola de Tempo Integral em São Paulo foi debatido em março do mesmo ano em Congresso Internacional para discutir e trazer experiências vividas no Chile, Inglaterra, Espanha, Portugal, Coreia e Finlândia. Tratava-se de uma videoconferência com o tema “Orientação para estudo e pesquisa da escola de tempo integral”. A videoconferência se destinou aos professores dos ciclos I e II e coordenadores da Escola de Tempo Integral e elucidou os objetivos e diretrizes para o trabalho dos professores da ETI como também

forneceu orientações para as pesquisas e definiu o papel do projeto em pesquisa dentro da escola.

A coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), apontou que a experiência dos conferencistas internacionais serviria para inovar ou adequar o programa paulista, uma vez que, inicialmente o projeto previa beneficiar 138.431 alunos da rede estadual de ensino de São Paulo.

As escolas passaram por uma avaliação da equipe técnica da Secretaria de Educação do Estado para saber se estavam habilitadas a receber os estudantes em período integral. Estas precisavam responder a alguns critérios, como de ordem estrutural, já que era preciso estrutura adequada às condições de implantação do projeto ETI, que deve ser ampliado a partir do próximo ano, (2007) atingindo mais de mil escolas.

Metodologia

Este trabalho tem como objetivo investigar a implantação da Proposta: Escola de Tempo Integral, ETI, em uma (01) unidade escolar da rede pública estadual paulista, localizada no município de São José dos Campos.

A pesquisa de campo foi desenvolvida pela aplicação de roteiro para entrevista direcionado a: (20) vinte alunos, 10 (dez) professores e pelos registros em caderno de campo por (02) duas pesquisadoras em escola de tempo integral, ao longo de um semestre de 2006.

A análise dos resultados centrou-se no entrecruzamento do conteúdo da proposta para ETI, o conteúdo dos relatos e a realidade da unidade escolar.

Resultados e discussão

O conteúdo dos registros dos diários de campo pela observação participante, elaborados pelas pesquisadoras PA e PB, apontaram para dura realidade enfrentada na implantação de proposta para ETI, conforme apontado a seguir;

Ao chegar à escola de tempo integral, me deparei com grades por toda parte. Os alunos se encontravam nas salas de aula, possivelmente estavam tendo aulas de matérias obrigatórias como; português, matemática, história entre outras, pois ainda cumpriam o currículo para o período da manhã. (PA)

O sinal toca é hora do almoço. Muitos conseguem fugir, pulam o muro ou até mesmo, convencem a monitora que não se sentem bem. (PB)

O espaço disponível para a realização das oficinas curriculares, foi adaptado no centro do pátio, espaço em que se encontrava um aparelho de som onde os alunos têm total acesso e podem escolher que tipo de música querem ouvir. (PA)

Após intervalo as quatro monitoras apressam todos os alunos para que se dirijam até a sala de vídeo para assistir “A fabrica de chocolate”.(PB)

Assim que todos se acomodaram como podem, verifica-se que o vídeo não estava funcionando. Os alunos saíram da sala de vídeo, alguns foram para quadra jogar bola, outros aproveitaram para dormir, usando a mochila como travesseiro. (PB)
No pátio da escola, havia alunos por todo lado, quando deveriam estar nas salas de aula, participando das oficinas curriculares de acordo com a Matriz Curricular na qual a lei de resolução SE Nº 89 de 09 de Dezembro de 2005 exige. (PA)

O conteúdo dos relatos orais com alunos freqüentes no ensino fundamental apontaram para resultados que demandam ajustes entre a proposta e a realidade vivenciada pelos alunos em relação à extensão da permanência na escola, com ênfase no período da tarde destinado as oficinas curriculares. *Quando estou afim, no horário do almoço, pulo o muro e fico zanzando pelas ruas, pois se for direto para casa, minha mãe vai sacar que matei aula e eu vou acabar levando uma surra. (Aluno A).*

O relato acima confirma a dificuldade na infra-estrutura em recursos materiais e humanos que poderiam garantir a permanência do aluno na ETI.

Ao se tratar da permanência integral, pode-se constatar que a cultura escolar tem um longo caminho a percorrer, na promoção e organização do espaço físico para acomodar e atrair os alunos, fato relatado a seguir: *Odeio ficar o dia inteiro na escola, já procurei vaga em outra escola que funcione meio período mais não encontrei. (Aluno B)*

O mesmo aluno quando instigado a identificar a razão pela rejeição da permanência na escola acrescentou que: *A gente não aprende nada legal, a única coisa que me interessa é a aula de informática, mas na minha sala (7º série) tem 38 alunos para 8 computadores e nem internet tem. (Aluno C)*

Continuando a caminhada no pátio da escola, o relato feito por um grupo de meninas da 8º série sobre o tema sinaliza que: *Quando começou o ano nós estávamos animadas em estudar em uma escola que funcionava período integral, mas vimos que não tem nada de legal, pensávamos que no período da tarde seria uma coisa mais dinâmica, mas pelo contrário, os professores querem que a gente escreva o tempo todo, já basta no período da manhã, onde só descansamos a mão na troca de professores. (Aluno D)*

O relato acima identifica a incoerência entre a proposta para o período da tarde, destinado as Oficinas Curriculares e a realidade vivenciada pelos alunos.

Outra dificuldade encontrada diz respeito ao fato de que no período da tarde, no lugar das oficinas curriculares, continuam as aulas do período da manhã, não existe altera a metodologia, caso que gerou resistência por parte do alunado, como explicitado pelo relato apresentado a seguir. *Não queremos continuar só escrevendo no período da tarde, então combinamos e fizemos um acordo entre nós, onde ninguém deverá escrever nada no período da tarde. Perguntei a um aluno se todos os dias no período da tarde, eram tumultuados. Ele explicou que são poucos os que participam das aulas à tarde, a gente faz o que quer, esse pátio vive cheio de alunos, quem não quer fazer nada vem para cá.* (Aluno E)

O conteúdo dos relatos dos professores sobre a implantação das oficinas curriculares, que deveriam funcionar no período da tarde, e a metodologia utilizada para desenvolver a proposta para ETI, evidenciam as dificuldades enfrentadas; *É muito difícil trabalhar, eles se recusam a escrever no período da tarde, não há material suficiente, já paguei do meu bolso várias locações de filmes, mas o vídeo e a televisão não funcionam.* (Professor A)

Cansei, nada mais os prende nas oficinas, não vou me estressar, na minha aula eles fazem o que querem. (Professor B)

O descaso, o despreparo dos professores, a falta de material, acabou acarretando uma série de problemas, mas a principal delas é o desinteresse dos alunos de modo geral, infelizmente são os únicos prejudicados. (Professor C).

Conclusão

Ao finalizar esta pesquisa constatou-se que há dificuldade na efetiva implantação da escola de tempo integral, uma vez que a adequação aconteceu em escola idealizada para funcionar em meio período, como foi a opção da implantação da escola básica no Brasil.

As plantas dos prédios escolares foram projetadas tendo como objetivo garantir o ensino, ou seja, muitas salas de aulas com carteiras, mesa para professor e lousa, corredores que dão acesso ao pátio e aos banheiros. Na concepção arquitetônica da escola de meio período que garante ensino, não foram projetados espaços diversificados para socialização, necessários a permanência de alunos em horários estendidos como no caso da concepção pedagógica para a ETI.

Na proposta curricular para escola de tempo integral, como o aluno permanece na escola em dois períodos, manhã e tarde, orienta-se que no período da manhã efetivem-se as aulas e no período da tarde implementam-se as oficinas curriculares, em espaços diversificados, que

necessitam dentre outros de salas ambientes, bem diferentes das salas de aula existentes nos prédios idealizados ao ensino.

A progressão na carreira do magistério público é centrada no número de aulas para constituir a jornada completa de trabalho, sendo assim o professor enfrenta dificuldade para estabelecer vínculo em escola de tempo integral, esta impossibilidade gera a descontinuidade na implantação da proposta, gera dificuldade na integração dos dois períodos manhã e tarde, que ainda estão fragmentados e inviabiliza o alcance da interdisciplinaridade como um dos objetivos da proposta para ETI.

O trabalho pedagógico proposto para ser desenvolvido nas oficinas curriculares, no período da tarde, tem sido outra dificuldade enfrentada por professores e alunos, uma vez que na História da Educação e na formação de professores, esta realidade não tem sido enfatizada e, portanto até 2006 inexistente na rede pública paulista de ensino.

Referências

- ANDRÉ, M. Etnografia na Prática Escolar. Campinas/SP: Papyrus, 2001.
 - BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Gráfica do Senado, 1999.
 - DIAS, V. Escola pública e classes populares: (des)caminhos do processo. Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária, 2006.
 - MACHADO, J. Mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.permanencia.org.br/revista/historia>. Acessado em 23 jan. 2007.
 - PASTORE, J. Mercado e relações de trabalho. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br>. Acessado em 11 de jan. 2007.
 - SÃO PAULO, Resolução nº 89, que institui o Projeto Escola de Tempo Integral. Conselho Estadual de Educação, 2005.
 - SILVEIRA, M. Escola de tempo integral. São Paulo/SP: Pioneira, 2006.
 - TEIXEIRA, A. Filosofia da Educação. São Paulo/SP: Melhoramentos, 1971.
- www.crmariocovas.sp.gov.br/downloads/saresp/saresp2006_cap2.pdf. Acessado em 22 de outubro de 2006.